



CPE – Partido Operário  
Revolucionário [POR]

www.pormassas.org  
fb.com/massas.por  
anchor.fm/por-massas  
por@pormassas.org

11 de fevereiro de 2023

## À 178ª Plenária Nacional do SINASEFE

### **Conjuntura de crise econômica e política colocará o governo em choque com as necessidades das massas: Nenhuma confiança no governo Lula/Alckmin! Confiar em nossas próprias forças!**

A tendência de recessão econômica mundial, prolongamento da guerra na Ucrânia e oposição direitista, fez com que o governo Lula/Alckmin nascesse submetido ao grande capital e às oligarquias políticas. Sua governabilidade dependerá de garantir os interesses econômicos destes setores. Por isso, as organizações de massas não podem se subordinar a estes objetivos. Precisam se organizar em torno de suas reivindicações e métodos, inclusive para enfrentar o golpismo da ultradireita.

O episódio do dia 08 de janeiro indicou que o governo Lula enfrentará desde os primeiros dias uma profunda crise política. A polarização eleitoral entre Lula e Bolsonaro nasceu no seio da burguesia, dividida entre uma ala que queria a permanência da ultradireita no governo e outra que esteve por sua remoção e confluuiu com a candidatura de Lula/Alckmin. No segundo turno, a frente ampla juntou do Itaú ao PSTU, de Amoedo ao Povo sem Medo. Participaram desta frente centrais sindicais e sindicatos, inclusive o SINASEFE Nacional e suas seções, de acordo com a defesa feita pela direção nacional (PSOL/PT) no 34º Congresso. Passadas as eleições, a ultradireita seguiu sua escalada golpista, arregimentando as classes médias e setores empobrecidos, sob o patrocínio de frações burguesas, e com a cobertura de militares e policiais.

As tendências golpistas da ultradireita devem ser enfrentadas com a organização dos explorados em defesa de suas reivindicações, com os métodos de luta da classe operária. Sob o governo Lula, as direções sindicais já apontam que se subordinarão, valendo-se da justificativa de garantir a governabilidade de Lula contra as tentativas de golpe da ultradireita. Ainda na transição do governo, as centrais e sindicatos se reuniram com o governo Lula/Alckmin, para dizer a Lula que não querem a revogação da reforma trabalhista, defendem apenas a repactuação de alguns pontos. Todas usaram a estrutura sindical para iludir os trabalhadores que o novo governo vai resolver seus problemas. Essas burocracias sindicais, agora, estão na base de apoio do governo, vão colocar em primeiro plano a defesa da governabilidade de Lula. Para isso, precisam impedir a luta dos trabalhadores por suas reivindicações.

Amarram os trabalhadores com a política da conciliação de classes.

O agravamento da crise impedirá que o governo Lula resolva o desemprego, a miséria e a fome que assolam a maioria oprimida. Se as organizações dos explorados não apontarem o caminho da defesa dos empregos, salários e direitos pelos métodos próprios de luta, sem ficar permanentemente aguardando a negociação e migalhas de Lula/Alckmin, os oprimidos serão arrastados pela política da ultradireita. **Por isso, a CPE/POR defende que a 178ª Plenária do Sinasefe se coloque por construir uma oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin. Que convoque às centrais, sindicatos e movimentos populares a organizarem um verdadeiro dia nacional de luta, com paralisações e bloqueios, pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária. Que as assembleias de base sejam realizadas e comitês de base sejam constituídos como preparação para um Dia Nacional de Luta em defesa do programa próprio dos explorados. Por uma oposição revolucionária contra os ataques do governo e de combate às tentativas golpistas da ultradireita!**

### **Pela Independência política e organizativa do Sinasefe!**

O governo se constituiu como uma frente ampla, mas o seu programa é bem estreito. Está comprometido até o pescoço com a "responsabilidade fiscal", e sustentação do parasitismo da dívida pública. Se adequará às falsas soluções do imperialismo para a crise climática, substituindo, no máximo, o garimpo ilegal pela mineração "sustentável"; e recobrando com uma máscara verde o velho agronegócio. Manterá a precarização trabalhista e previdenciária, o salário mínimo de fome, e o desmonte da educação pública. Não reverterá as privatizações, e impulsionará as modalidades privatistas das concessões e PPPs. Suas medidas compensatórias serão cada vez mais limitadas, mas terão como contrapartida a maior estatização e burocratização das centrais, sindicatos e movimentos sociais. Convivem no governo, com grande disparidade na

distribuição de recursos e poder, nomes ligados a milícias e a Marielle Franco; a povos indígenas e ao agronegócio; às periferias e às empreiteiras; ao movimento feminista e ao obscurantismo religioso; aos direitos humanos e ao militarismo. A incorporação de lideranças em cargos não implicará em atendimento das reivindicações fundamentais da classe operária, camponeses, indígenas, negros, mulheres, LGBT e juventude. É um disparate oportunista a tese de que esse é um governo em disputa!

A repressão contra setores da oposição de ultradireita não ficará restrita a eles. Está proibido fazer manifestações de rua, e a greve dos entregadores por aplicativo foi cancelada por intervenção direta de Lula. Qualquer tentativa de luta de nossa classe, se não for abortada na origem, será atacada pelo governismo como se fosse funcional ao golpismo. Ficando isolada, será mais facilmente reprimida pelo Estado. Vale lembrar que Alexandre de Moraes e Alckmin foram parceiros na brutal repressão à onda de ocupações de escolas contra a Emenda Constitucional do Teto de Gastos e a Reforma do Ensino Médio.

### **Política da direção do Sinasefe é de imobilismo e capitulação! Por uma campanha salarial de luta!**

Os últimos anos foram de adaptação da política da direção do Sinasefe (PSOL/PT) à política burguesa. Diante de ataques aos servidores e aos serviços públicos, o Sinasefe (juntamente com o FONASEFE) atuou colaborativamente para a passividade dos trabalhadores. A direção do Sinasefe afirmava “combater Bolsonaro nas ruas e nas urnas”, mas na prática o governo ficou com as mãos livres durante todo o governo para fazer todo tipo de ataque, sendo o maior deles a reforma da Previdência.

Sob a pandemia, a política burguesa do “fique em casa” serviu para suspensão da greve aprovada em março de 2020 na plenária unificada do FONASEFE e impôs à categoria a passividade dos métodos virtuais de organização e mobilização. O que contribuiu para o governo ultradireitista de Bolsonaro manter os salários congelados, impor portarias que atacam o direito de mobilização dos servidores (a exemplo da IN 54) e estrangular o quanto pôde o orçamento dos IFs e Universidades. A reação do Sinasefe, junto às frentes em que atua, foi a de não convocar a categoria à luta. Não houve uma verdadeira campanha salarial; só se falou de greve como blefe, e quando algumas seções levaram a sério (maio de 2022), a direção nacional defendeu a suspensão da greve em plenária virtual; a mobilização da categoria se resumiu a “atos” por delegação, para fazer pressão parlamentar em Brasília.

A manutenção dos métodos virtuais expressa o grau de burocratização sindical. Apesar de ter voltado o trabalho presencial em toda rede, ainda há direções de seções que

mantêm as assembleias virtuais, a exemplo do Sindsifpe (IFPE). O último dia nacional de mobilização, chamado pelo FONASEFE pela campanha salarial, foi virtual (31/01/23), a direção nacional chamou a base para uma live, que teve participação de deputado federal. Isso mostra que ainda é preciso defender a retomada dos métodos presenciais de organização e luta em nosso sindicato. As direções se utilizam dos métodos virtuais para manter o imobilismo da categoria, enquanto utilizam do sindicato para sustentar o governo Lula/Alckmin.

### **Campanha Salarial dos servidores federais – Que o Sinasefe organize a luta desde já!**

A campanha salarial virtual e de pressão parlamentar por parte das direções dos sindicatos dos servidores federais mostram o caminho da derrota. A direção do Sinasefe defende um rebaixado “reajuste linear emergencial”, negociando com o governo apenas as perdas do período do governo Bolsonaro, indicando 26,94%, juntamente com o FONASEFE. Este índice foi discutido e definido apenas pela burocracia das entidades.

A abertura da Mesa de Negociação entre Governo Federal e entidades do funcionalismo público, a partir de 07 de fevereiro, é anunciada pelas direções como uma grande vitória para categoria. Ao mesmo tempo, as direções já avisam que será uma mesa “permanente”, indicando que será utilizada como forma de manter na passividade os servidores, que serão conduzidos a aguardarem os resultados desta Mesa.

A luta pelo salário deve se vincular à defesa dos IFs e da Educação Pública. Diante do estrangulado orçamento, avança a ingerência das oligarquias regionais nos IFs. Em alguns campi, a gestão apela ao pedido de “esmolos” aos deputados. Alguns gestores chegam ao ponto de indicar à comunidade acadêmica que evitem críticas ao parlamentar, para não perder o “apoio”. E, desta forma, são naturalizadas a negação da responsabilização do Estado com a Educação Pública e a corrupção de gestores pela oligarquia política regional.

Para responder à falta de orçamento, é preciso que o sindicato convoque todos os servidores (substitutos e efetivos), estudantes e terceirizados, que são duramente afetados com os cortes. ***A CPE/POR defende que a 178ª Plenária aponte uma campanha salarial ativa, com assembleias nos campi, que reúna servidores efetivos, contratados e terceirizados pela organização da luta em defesa dos salários. Responder à precarização do trabalho: Pela efetivação de substitutos e terceirizados, sem necessidade de concurso! Por uma campanha salarial unificada dos explorados: Que as centrais e sindicatos convoque plenárias que aponte o caminho da luta de todos os explorados em defesa dos empregos, salários e direitos!***